

RIO TAPAJÓS

Sociedade, trabalho e deslocamentos (1872-1910)

TAPAJÓS RIVER

Society, labor, and displacements (1872-1910)

EVELINE ALMEIDA DE SOUSA¹

RESUMO

Neste artigo recupero algumas experiências de viajantes no curso do Tapajós no Pará que ocorreram entre os anos 1872 e 1909, abordando as viagens como processo histórico e uma prática científica e sociocultural. Para tal, revisito os relatos do botânico João Barbosa Rodrigues (1875), do engenheiro Antonio Manuel Tocantins (1877), do geógrafo Henri Coudreau (1895), e da ornitóloga Emília Snethlage (1910). Analiso por meio dos fragmentos dos relatos de viagem, como os modos de conhecer, coletar informações e sobreviver nos caminhos fluviais narrados pelos viajantes, revelam traços da dinâmica social vigente no Tapajós naquele período, bem como, a importância do rio como tributário da vida e da economia na região. A partir do olhar dos naturalistas e viajantes, nos entrecruzamentos entre História da ciência e História ambiental, busco restituir vestígios das relações sociais em movimento – e movimentadas – nas águas do rio Tapajós.

Palavras-chave: Rio Tapajós. Viajantes. Ciência. Relações sociais. Indígenas.

ABSTRACT

This article examines the experiences of travelers along the Tapajós River in the state of Pará, Brazil, between 1872 and 1909, approaching travel as a historical process and as a scientific and sociocultural practice. To this end, I revisit the accounts of four notable figures: the botanist João Barbosa Rodrigues (1875), the engineer Antonio Manuel Tocantins (1877), the geographer Henri Coudreau (1895), and the ornithologist Emilia Snethlage (1910). Through selected excerpts from their travel narratives, I analyze the ways in which their methods of

¹ Professora do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: evelinehistor@gmail.com

observation, information gathering, and survival along fluvial routes reflect the broader social dynamics of the Tapajós region during this period. Furthermore, I highlight the river's central role as both a source of livelihood and a vital axis of the regional economy. From the perspectives of these naturalists and explorers, and through the intersection of the history of science and environmental history, this study seeks to recover traces of social relations in motion—relations shaped and propelled by the waters of the Tapajós River.

Keywords: Tapajós River. Travelers. Science. Social Relations. Indigenous Peoples

INTRODUÇÃO

O rio Tapajós adquiriu importância estratégica para as autoridades administrativas desde a colonização, como um dos principais afluentes do rio Amazonas. Tornou-se uma das mais valiosas vias de comunicação para o escoamento de produtos, para circulação de mercadorias e de pessoas, que conectava o interior da região com as principais cidades portuárias do Pará a partir de Santarém. Desde o final do período colonial e, sobretudo, ao longo do século XIX, o Tapajós se configurou como um dos relevantes caminhos fluviais que despertava a atenção e o interesse de agentes do Estado, naturalistas, botânicos, engenheiros, homens e mulheres de ciência que buscavam desvelar sua natureza e conhecer suas potencialidades econômicas.

Neste artigo recupero algumas experiências de viajantes no curso do Tapajós no Pará que ocorreram entre os anos 1872 e 1910, abordando as viagens como processo histórico e uma prática científica e sociocultural. Para tal, revisito os relatos do botânico João Barbosa Rodrigues, *O rio Tapajós* de 1875, do engenheiro Antonio Manuel Tocantins, *Estudos sobre a tribo Munduruku* de 1877, do geógrafo Henri Coudreau, *Viagem ao Tapajós* de 1895, e da ornitóloga Emilia Snethlage, *A travessia entre o Xingu e o Tapajós* de 1910. Analiso por meio dos fragmentos dos relatos de viagem, como os modos de conhecer, coletar informações e sobreviver nos caminhos fluviais narrados pelos viajantes, revelavam traços da dinâmica social vigente no Tapajós naquele período, bem como, a importância do rio como o tributário da vida e da economia na região.

O objetivo é construir um quadro mais amplo do rio Tapajós em seus aspectos sociais e geográficos, quando o rio e suas populações passavam por transformações nas relações de trabalho locais e nas feições sociais em função da valorização econômica da goma elástica (1870-1910). Os relatos de viagem, nesse sentido, possibilitam acompanhar tais processos nas confluências entre natureza e sociedade, uma vez que os viajantes ligados ao discurso científico, eram treinados para registrar todos os elementos da paisagem como forma de apropriação.

O rio Tapajós é o fio condutor desta análise, a forma como foi observado pelos viajantes, os seus usos e as relações sociais que se desenvolviam no seu entorno, serão examinados, considerando principalmente os colaboradores da ciência. O relato de viagem, desta forma, se configura como um processo singular capaz de capturar a vida em movimento nos caminhos fluviais. A metodologia, no entanto, é arriscada, pois cada uma dessas obras e a experiência que lhe deu origem, têm características e dimensões específicas, cercadas de intenções, métodos e discursos que estavam relacionados com as circunstâncias de sua produção e a posição dos seus autores nos espaços científicos e políticos nos quais estavam inseridos. De modo que as particularidades das obras, de seus autores e o estatuto das fontes, não serão abordadas em toda sua complexidade, a fim de evidenciar o rio como protagonista da narrativa.

1. SUJEITOS DE CIÊNCIA E COAUTORES INDÍGENAS

O botânico João Barbosa Rodrigues veio para a Amazônia com a missão de realizar o levantamento das riquezas naturais da região, como parte da Comissão Exploradora do Vale do Amazonas patrocinada pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Ele permaneceu na região de 1871 a 1875 e percorreu o Tapajós em 1872, observando e coletando informações sobre suas paisagens, populações e espécimes botânicas (XIMENES; COELHO, 2018, p. 664).

O engenheiro paraense Antonio Manuel Gonçalves Tocantins dirigiu-se

ao Tapajós pela segunda vez em junho de 1875, a fim de realizar um estudo etnográfico dos Munduruku que habitavam as aldeias centrais no Alto Tapajós. Ele já havia percorrido o rio em 1871 com o também engenheiro Julião Honorato Corrêa de Miranda à serviço da presidência da província do Pará (SOUSA, 2024, p.107).

Essas duas experiências mais próximas no revelam, além de uma semelhança em termos das características das obras, proximidades em relação ao quadro político mais amplo, são viagens realizadas nos anos 1870 no processo de modernização do Império. No mais, é importante destacar a perspectiva do acúmulo de informações para a realização dessas viagens.

Por sua vez, o geógrafo e naturalista francês Henri Anatole Coudreau percorreu os rios amazônicos desde o início de 1890, sob a nova ordem republicana, acompanhado pela também geógrafa e naturalista Marie Octavie Coudreau, sua esposa. A serviço do governador do Estado do Pará, saiu de Belém rumo ao Salto Augusto em 1895, nos limites entre o Pará o Mato Grosso, para estudar as possibilidades de construção de uma hidrovia e, assim, melhorar a comunicação entre os dois estados através do rio Tapajós (COUDREAU, 1977, p. 13).

A zoóloga alemã Emilia Snethlage era pesquisadora do Museu Goeldi em 1909, diferentemente dos estudiosos anteriores que percorreram o Tapajós subindo o rio a partir de sua foz, em frente a cidade de Santarém, Snethlage tentou acessar o Tapajós por meio do rio Xingu, pois tinha como um dos objetivos descobrir se havia uma comunicação fluvial entre os dois rios (SNETHLAGE, 1910). Por este motivo, o relato de Emilia Snethlage inclui elementos sobre o rio Xingu.

Ainda que aparentemente destoante, a experiência da ornitóloga alemã no rio Xingu se faz relevante para essa análise por alguns motivos. Um deles é o objetivo inicial de sua viagem – Acessar o Tapajós –, o que demonstra um diálogo profícuo com a experiência de Coudreau, a fim de testar na prática as conjecturas do geógrafo francês. Por outro lado, o relato de Emilia é mediado por um intenso contato com indígenas da região, uma das dimensões que privilegio nesse artigo. Por último, a menção que a pesquisadora faz aos

proprietários locais, revelam traços das relações sociais vigentes nos intercursos entre o Tapajós e o Xingu.

E, não menos importante, cabe destacar e trazer à baila as percepções de uma mulher de ciência que comandou uma expedição por caminhos pouco conhecidos pelos pesquisadores no início do século XX na Amazônia. Emilia Snethlage desembarcou no Pará, em 1905, convidada pelo diretor do Museu Paraense, Emilio Goeldi, para trabalhar na seção de zoologia do Museu. Apenas três anos depois, ela empreendeu a viagem primeiro ao Tapajós, em 1908, e no ano seguinte ao Xingu. Mais tarde, ela se tornaria a primeira mulher a ocupar o cargo de diretora da instituição (ALBERTO, SANJAD, 2019).

A pesquisadora veio para os trópicos para estudar aves amazônicas, sobre as quais publicou um dos livros mais importante sobre o gênero no país, *Catálogo das aves amazônicas*, de 1913. Mas, de acordo com Diana Alberto e Nelson Sanjad, ela acabou extrapolando a especialidade e deixando um legado científico que vai muito além da ornitologia (ALBERTO, SANJAD, 2019, p. 1049). Em relação à viagem Xingu-Tapajós, vale destacar que a aventura de Snethlage se configura aqui como a mais arriscada, devido à ausência de experiências anteriores conhecidas que a cientista pudesse se basear. Sobre o feito, Alberto e Sanjad ressaltaram:

Muitos relatos acerca de Emília apresentam-na enquanto exímia coletora e destemida viajante, que, em 1909, fez a travessia a pé entre o Xingu e o Tapajós, acompanhada apenas por índios (Snethlage, Emil-Heinrich, 1930; Snethlage, Emília, 1913a [1910]). Nessa viagem, Dra. Emília, como era conhecida entre seus pares, em sua maioria homens, amputou seu próprio dedo, ao ser mordida por uma piranha (ALBERTO, SANJAD, 2019, p. 1059).

Deste modo, ficam estabelecidos o ineditismo, a coragem e o valor científico das pesquisas geográficas, faunísticas e botânicas realizadas por Emilia Snethlage e seus coautores indígenas na produção de conhecimento sobre o interflúvio Xingu-Tapajós.

Voltando ao quadro mais amplo dos viajantes, tratava-se de dois engenheiros nacionais ligados ao Governo Imperial, e dois cientistas europeus que realizaram suas investigações científicas sob a égide do regime republicano.

Quatro experiências científicas e etnográficas que, salvaguardas as especificidades de cada uma, construíram formas de apropriação do território e elaboram discursos sobre as potencialidades naturais e o perfil das populações locais, não sem se envolverem com a dinâmica socioambiental do Tapajós.

Tão importantes quanto os sujeitos de ciência, há outros grupos que compuseram as viagens entre 1872 e 1909 e as tornaram exequíveis, são eles indígenas Munduruku, Apiaka, Maué, Chipayas e Curuahés, além de “tapuios” que são referenciados pelos viajantes. Essas pessoas atuaram na condição de guias, canoeiros, pilotos, carregadores, informantes, exercendo um papel central de apoio, suporte e viabilidade nas viagens científicas.

2. DIMENSÕES HISTÓRICAS E POLÍTICAS DO TAPAJÓS NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

A ideia de estabelecer uma hidrovia entre o Pará e o Mato Grosso e, conseqüentemente, criar linhas de navegação a vapor, era alimentada pelo menos desde início do século XIX. De acordo com Manuel Oliveira Lima, ao comentar sobre como a comunicação com os sertões era uma preocupação do Reino de Portugal, lembrou que Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra em 1808, já havia alertado sobre a importância da comunicação fluvial do Pará com o Mato Grosso e Goiás: “Pará com o Mato Grosso pelas cachoeiras do Rio Madeira e do Pará com o Goyazes pelos Tocantins e Tapajós” (LIMA, 1908, p.764).

O presidente da província do Pará, Abel Graça, ressaltou em seu relatório de 1872 a importância econômica de estabelecer a comunicação com o Mato Grosso através do “maravilhoso Rio Tapajós”. O que representaria, segundo ele, grandes vantagens para o comércio e a civilização para as duas províncias e para todo o Império (PARÁ, 1872, p. 20). Foi nesta ocasião que ele enviou uma comissão, chefiada pelos engenheiros Antonio Manuel Tocantins e Julião Honorato de Miranda, para o Alto Tapajós com o objetivo de realizar estudos sobre a viabilidade do estabelecimento da navegação a vapor entre o Pará e o Mato Grosso. Segundo ele:

Afim de fazerem os estudos necessários e darem o plano mais conveniente, assim como incumbi a dita comissão de explorar o Rio Tapajós até onde fosse possível, para termos ocasião de possuir ainda uma prova das inumeráveis e indescritíveis riquezas, que aquele majestoso rio possui em suas soberbas margens (PARÁ, 1872, p. 21).

Os relatos demonstram o quanto o Tapajós era visto como uma via comercial importante e estratégica para o Estado desde as últimas décadas da Colônia. Os governos imperial e republicano (nas duas primeiras décadas) intensificaram os estudos hidrográficos e os demais levantamentos geográficos do rio, principalmente com o incremento econômico e populacional que a região viveu devido ao aumento do comércio da borracha entre 1870 e 1910.

Em 1874, o engenheiro André Rebouças, ao elaborar seu arrojado plano de viação no Império no qual não apenas recomendava os melhores projetos para o estabelecimento de estradas de ferro em quase todas as províncias, como apresentou o valor das despesas necessárias para o empreendimento, ressaltou as hidrovias do Pará e do Amazonas como elementos essenciais ao florescimento econômico. Embora, para ele, “devido as excelentes condições hidrográficas das províncias do Pará e Amazonas, dispensavam a construção de vias férreas”. No entanto, ele reproduz a mesma crença do presidente Abel Braga, de que os caminhos de ferro atraem o comércio e o aumento populacional considerando as obras para a construção da ferrovia Madeira-Mamoré naquele momento (REBOUÇAS, 1874, p. 137-138).

Francivaldo Alves Nunes (2023), analisando os projetos e os discursos das autoridades administrativas da província do Pará para construir rotas fluviais nos rios Tapajós e Xingu nos anos 1870, destacou que esses projetos visavam estimular o crescimento econômico por meio do comércio, da lavoura e da modernização das comunicações, com a navegação a vapor e as estradas de ferro. Era uma forma de levar o “progresso” e a “civilização”, por meio da técnica e da modernidade aos lugares mais “ermos” da província, e assim promover a lavoura, o povoamento e o incremento comercial como uma de forma ampliação da fronteira agrícola na região (NUNES, 2023, p. 447-448).

As preocupações com os caminhos fluviais que conectavam os sertões do Brasil, revelam que os rios compunham o imaginário territorial da formação

nacional. Os cursos fluviais despertavam diversos interesses políticos, econômicos e geopolíticos, que associavam território à nação como valor simbólico e material para seus habitantes. O que para o Estado e seus agentes se desdobrava em projetos, ações e formas de apropriação do espaço físico do Império e de suas populações (SOUSA, 2022, p. 49, 96).

Para além da perspectiva econômica e política que o Estado atribuía ao rio Tapajós, cabe ressaltar as dimensões sociais e as dinâmicas locais que emergem dos relatos de viagem e das impressões dos estudiosos, que evidenciam fragmentos da vida dos moradores no seu entorno. Mais que isso, o percurso das viagens permite compreender o rio em movimento, e como as populações se adaptavam e ressignificavam a paisagem. O rio formava redes de interações sociais, econômicas e culturais.

Ao examinar a dinâmica dos rios em perspectiva histórica, cabe observar como as sociedades interagiram com os sistemas fluviais, “de modo que eles próprios se tornaram agentes da localização geográfica e do próprio devir da vida cultural, social e econômica” (PÁDUA; CHAMBOULEYRON, 2019, p. 16). Com efeito, é preciso considerar todos os componentes que formam os caminhos fluviais, formações rochosas, cachoeiras, movimentos de cheias e vazantes, entre outros, para compreender as interações entre rio e população, elementos humanos e não humanos.

O cotidiano das viagens ao Tapajós, seus trajetos extenuantes, seus embarços e suas conquistas, demonstram dimensões importantes das relações de poder e das relações de trabalho no interior da Amazônia no período de valorização do comércio da borracha. Do mesmo modo, apontam para as estratégias de apropriação do território e as formas de negociação entre os agentes locais e os sujeitos de ciência para ter acesso ao território. Observar os deslocamentos e as impressões dos viajantes sobre a dinâmica social nos limites entre o Pará e a Mato Grosso, contribui para instigar novos problemas e novas abordagens, e assim, complexificar as relações sociais e as confluências entre natureza e sociedade, que gravitavam em torno da extração da borracha e de outras atividades na região.

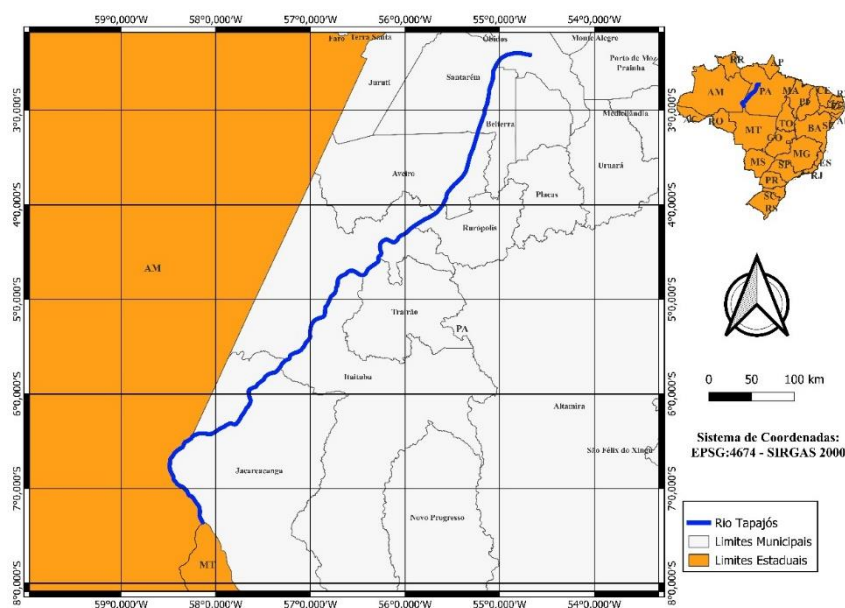
Ao tentar construir uma “antropologia da viagem”, ou uma “teoria da

aventura que englobe a antropologia da viagem”, Roberto Lima chamou a atenção para diferentes viajantes que percorreram o rio São Francisco entre os séculos XIX e XX, e que produziram diferentes rios “São Franciscos” por meio de seus relatos. Cujas experiências fornecem algumas pistas para reposicionar a importância das viagens e dos viajantes como uma experiência antropológica específica, que traz à lume os processos de deslocamentos (espaciais ou temporais) e o valor das distâncias como uma das principais marcas do aventureiro (LIMA, 2000).

3. OS CAMINHOS FLUVIAIS

A descrição de João Barbosa Rodrigues é bastante meticulosa em relação à bacia hidrográfica que forma o Tapajós, ele destacava com precisão a topografia que margeia o rio e, principalmente, as espécies vegetais que formavam a paisagem no seu entorno. Dessa forma, por meio da coleta de espécies vegetais, da identificação de vestígios arqueológicos, de observações sobre os materiais geológicos, o autor se apropriava e atribuía significados científicos ao território (RODRIGUES, 1875).

Ele retratava as pequenas ilhas, campinas e serras que se formavam ao longo do Baixo Tapajós. Ao chegar às povoações, como nas vilas de Alter do Chão, Pinhel e Boim, o botânico trazia informações históricas sobre sua origem e fundação recuperadas dos missionários e naturalistas coloniais (RODRIGUES, 1875).

Figura 1: Mapa do rio Tapajós

Fonte: IBGE e Agência Nacional das Águas (ANA), 2025.

Barbosa Rodrigues diferenciava a vegetação do Baixo Tapajós, próxima a Santarém, onde se encontrava uma flora mais esguia, baixa, rasteira e sem copas, da vegetação da região das cachoeiras, no Alto Tapajós, onde as árvores “são frondosas e de um verde mais negro” (RODRIGUES, 1875, p. 53). No Alto Tapajós, um dos elementos que mais impressionava os viajantes e, ao mesmo tempo, impunha grandes desafios, eram as cachoeiras e as diversas formações rochosas no curso do rio. Ao encontrar uma das maiores cachoeiras da região, o botânico mostrou-se encantado com a paisagem:

Saindo a praia, avistei a poucos passos a majestosa cachoeira do Apuhy, majestosa não pela queda da água, mas pelo caprichoso panorama que se goza. Que soberba natureza! O estampido das quedas, e o sussurro das águas que depois se precipitam umas após outras no remanso, casam-se de maneira que formam uma harmonia forte, mais agradável, que enleva o homem, que se esquece então de tudo para só contemplar o magnífico quadro. O cair da tarde concorria para que mais poesia aí encontrasse (RODRIGUES, 1875, p. 89).

O tom poético representa uma pausa na descrição altamente técnica de Rodrigues, que demonstra uma alteridade diante da paisagem inédita aos olhos do botânico. Um pouco mais de vinte anos depois, o naturalista francês Henri Coudreau também descreveu a cachoeira do Apuí como uma das quedas d’água mais belas e perigosas do Tapajós, embora mais atento ao aspecto geográfico:

Apuí é uma das cachoeiras mais impetuosas do Tapajós. Na sua bacia central uma espécie de círculo estreito com menos de 100 metros de diâmetro, todo o Tapajós se despenca por quatro fendas, formando outras tantas terríveis cachoeiras: O *Rápido da praia*, quase seco na época da estiagem, mas de grande impetuosidade na cheia. O *Canal novo*, que é o que se torna geralmente durante a maior parte do ano, o *Canal do Oeste*, que não tem sido quase usado até hoje [...] É estranha toda essa região de Apuí. Enormes rochedos, alguns bem encarpados, pontilham o leito do círculo, e nunca desaparecem, mesmo sob as maiores cheias. Por todos os quatro lados surgem cachoeiras; algumas, saltos a pique; outras, impetuosas corredeiras (COUDREAU, 1977, p. 27).

Ao descrever a cachoeira, o autor faz uma espécie de tradução da paisagem como forma de apropriação científica. A cachoeira do Apuí parece compor uma referência natural que marcava a viagem dos sujeitos de ciência ao longo do Tapajós, e a observação empírica era importante para compreender a bacia que se formava no seu entorno.

Para o engenheiro Manuel Tocantins, eram as cachoeiras que se formavam desde o Médio Tapajós, que impediam que o rio ficasse completamente seco em alguns trechos, no período de menor volume de água durante o verão (TOCANTINS, 1877, p. 77). As cheias e vazantes do Tapajós ditavam as condições das viagens e das atividades econômicas. Era no período das cheias que os “tapuios”², nas palavras de Barbosa Rodrigues, deixavam suas casas e partiam rumos aos seringais para extrair borracha no Alto Tapajós ou em direção aos seringais do Acre.

A descrição da paisagem exerce um papel fundamental na narrativa das viagens, pois representa uma forma de apropriação do território. Saber as épocas de cheia e de vazante do rio Tapajós, identificar as cachoeiras mais perigosas, era determinante para assegurar o sucesso das viagens e compreender com as atividades econômicas se organizavam naquela região.

² A ideia de Tapuio aqui empregada por Barbosa Rodrigues refere-se aos indígenas miscigenados. O coronel Couto de Magalhães, que fora presidente da província do Pará nos anos 1860 e elaborou um plano de civilização indígena por meio da intervenção do intérprete, compreendia os tapuios como “índios catequisados e os mestiços seus descendentes” (HENRIQUE, 2003, p. 34).

Ao analisar as tensões políticas sobre o rio Iaco no território Federal do Acre, no início do século XX, André Vasques Vital elaborou um valioso estudo sobre o papel do rio como agente não humano que estava em constante interação com os processos sociais, econômicos e políticos (VITAL, 2019). Partindo de uma reflexão conceitual sobre as relações entre humanos e não humanos, ele se aproxima da noção que compreende tais associações como um emaranhado de relações e redes heterogêneas entre humanos e não humanos (VITAL, 2019).

Ao encarar o rio Iaco como uma “coisa-poder” naquele contexto, o autor concebe o rio, suas águas, seus patógenos e todos os interesses de seringalistas sobre sua dinâmica (cheias e vazantes), como agente, como elemento participante no jogo político local. Neste caso, a agência seria “a capacidade de promover transformações, mudanças e diferenciação política” entre seringalistas e autoridades (VITAL, 2019, p. 29, 42). Tal perspectiva recupera a posição do rio como um ente que despertava conflitos, tensões e viabilizava as condições de vida e seus deslocamentos.

Os registros dos sujeitos de ciência e autoridades que se deslocavam no Tapajós dimensionam as interações entre a vida social e cultural e a dinâmica do rio. De todos os viajantes, o mais específico em descrever as minúcias topográficas e toponímicas do Tapajós foi Henri Coudreau. Entre os diversos relatos sobre a geografia do rio e suas características, comentou sobre a formação do rio Tapajós em sua nascente no planalto mato-grossense e sua foz no Amazonas:

O Alto Tapajós tem por formador principal o Arinos, igualmente oriundo do Planalto mato-grossense. Só depois de receber o Juruena, também proveniente das terras altas de Mato Grosso, é que o Arinos perde seu nome para receber a denominação de Tapajós. É pelo nome de Alto Tapajós que se costuma designar o rio depois da enseada que formam, ao se encontrarem, o Arinos e o Juruena. O nome persiste até a confluência do São Manuel, depois do que passa o rio a chamar-se simplesmente Tapajós até sua foz em Santarém (COUDREAU, 1977, p. 57).

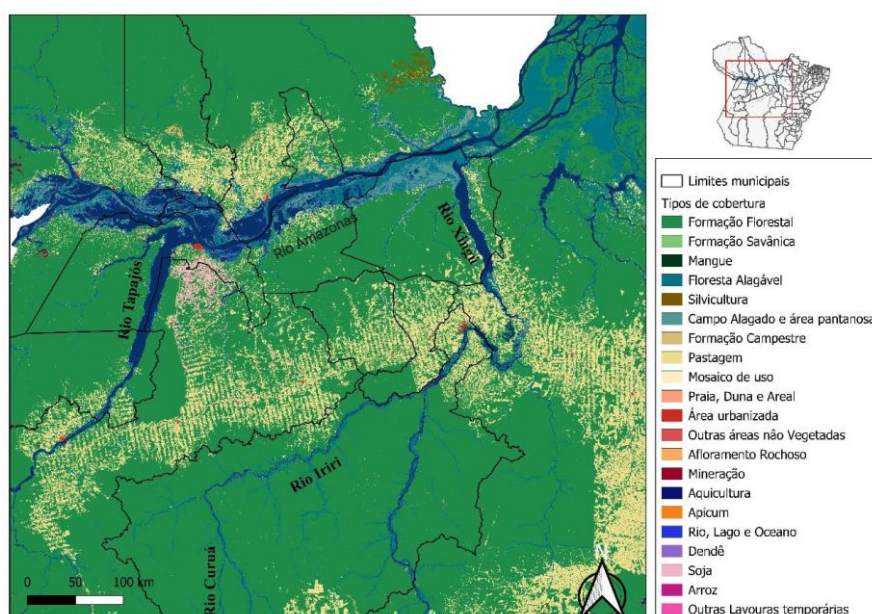
Viagem ao Tapajós inaugurou uma série de aventuras do naturalista francês na Amazônia paraense. Depois de passar pela região, ele percorreu os rios Xingu e a bacia Tocantins-Araguaia entre 1896 e 1897, que foram registradas nas obras *Voyage au Xingú* e *Voyage au Tocantins-Araguaya*, publicadas primeiramente na França ainda em 1897. Seu relato apesar de ser caracterizado pela descrição física das paisagens, das cachoeiras, do volume de água, também expressa reflexões mais subjetivas, quando ele empreende metáforas sobre outros povos e temporalidades, em comparação com os indígenas da Amazônia (COUDREAU, 1977).

Emilia Snethlage havia feito uma tentativa de atravessar do Tapajós para o Xingu, pelo rio Jamauchim, em 1908, mas devido à estação chuvosa teve que retornar. No ano seguinte decidiu fazer o contrário, partiu do rio Xingu em direção ao Tapajós entre os meses de maio e outubro. Segundo o diretor do Museu Goeldi em 1910, Jacques Huber, foi a “primeira travessia efetuada por terra entre os dois grandes afluentes do Amazonas”, que permitiu que a exploradora descobrisse uma cadeia de montanhas graníticas e a constatação da predominância da mata amazônica naquela região, excetos nos locais mais pedregosos (BOLETIM, 1910, p. 5).

A possibilidade de uma comunicação fluvial entre o Tapajós e o Xingu, despertava profunda curiosidade e interesse dos viajantes no início da República. Ao comentar sobre as tensões entre os Munduruku e os Parintintins no Alto Tapajós, Coudreau chamou a atenção para vestígios de ambos os grupos que, segundo ele, sugeriam a sua circulação entre o Tapajós e o Xingu. O que o fez considerar que talvez houvesse alguma comunicação fluvial entre os dois rios que apenas os indígenas conheciam. Para ele, os Parintintins “são os donos de uma parte dos segredos do interflúvio Xingu-Tapajós” (COUDREAU, 1977, p. 31).

Snethlage, que se municiou das informações levantadas por Coudreau para o seu itinerário, destacou o interesse em esquadrihar o território a fim de confirmar se havia ou não uma continuação fluvial entre o Xingu e o Tapajós. A partir dos estudos do geógrafo francês, a zoóloga tinha a impressão de quase existir uma comunicação entre os dois rios no inverno, o que poderia ser muito importante para facilitar a exploração e a economia da região (SNETHLAGE, 1910, p. 49). Porém, ao percorrer o Xingu acompanhada e seguindo os conhecimentos dos Chipayas e Curuahés, ela constatou que não havia caminho fluvial entre o Xingu e o Tapajós.

Figura 2: Mapa dos rios Tapajós e Xingu



Fonte: QGIS Maps

A possibilidade de estabelecer um caminho fluvial entre os dois rios coincidia com os interesses de proprietários locais, casas aviadoras de Belém e autoridades administrativas em incrementar o comércio na região dos dois rios que representavam as principais zonas produtoras de borracha no Pará (NUNES, 2023, p. 461).

A expectativa sobre o interflúvio Xingu-Tapajós foi incorporada ao imaginário territorial dos agentes do Estado e dos grandes comerciantes como uma oportunidade de expansão dos negócios da borracha. Ao mesmo tempo, o

conhecimento geográfico sobre os dois afluentes do Amazonas produziu formas de apropriação científica da natureza local.

4. RELAÇÕES SOCIAIS E DE TRABALHO NA TRAVESSIA DO TAPAJÓS

Ao analisar os deslocamentos no curso do Tapajós, é importante evidenciar o trabalho das tripulações indígenas na condução das embarcações que serviam às expedições científicas. Em direção ao Alto Tapajós, Barbosa Rodrigues saiu de Itaituba às 10 horas da manhã em 10 de agosto de 1874, em uma canoa específica para os trechos encachoeirados de rios, “tripulado por quatro índios, três Munduruku e um Maué, pilotados por um cuyabano pratico do rio, e interprete” (RODRIGUES, 1875, p. 81).

O botânico e seus companheiros, ao atravessarem umas das partes rochosas do Alto Tapajós chamou a atenção para a destreza dos tripulantes para comandar a canoa: “segui de canoa até a ponta fronteira a ilha grande onde a corrente é impetuosa. Aí dobrou a ponta da canoa, ajudada por espia, que levavam dois índios, saltando de rocha em rocha, e impelida pelas zingas dos dois que ficaram dentro dela” (RODRIGUES, 1875, p. 87).

Em 1875, em seu relato, Manuel Tocantins enfatizou o objetivo central de sua viagem, que era alcançar as aldeias centrais Munduruku no Alto Tapajós, mas também comentou sobre sua embarcação. Destacou que a canoa era comandada pelos Maué: “Em Itaituba embarquei em uma pequena canoa, tripulada por oito índios, quase todos da tribo Maués, e penetrei pelas cachoeiras do Alto Tapajós” (TOCANTINS, 1877, p. 73). O que demonstra que a navegação nas águas do Tapajós era parte de uma atividade eminentemente indígena.

Por sua vez, Coudreau citou em diversas ocasiões primeiramente o auxílio de indígenas Maué, e depois dos Apiacá ao longo de sua viagem, que lhes eram cedidos por patrões³ que figuravam como chefes locais que

³ A denominação “patrões” é oriunda dos próprios relatos de viagem. Trata-se da forma como trabalhadores indígenas e de outras identidades étnicas se referiam aos proprietários e comerciantes que, em geral, comandavam redes de comércio e extração de goma elástica ao longo do rio Tapajós e em outras áreas de exploração gomífera na Amazônia. Por meio dessas atividades, eles exerciam o controle sobre esses trabalhadores através de relações de troca muitas vezes desiguais e violentas.

controlavam sítios e grupos de indígenas no trabalho de extração da borracha. Sobre esse suporte na navegação e seus desafios, ele comentou quando estava na cachoeira do Canal do Inferno, aproximando-se do Salto Augusto, sobre a dinâmica de esvaziar a canoa, retirar todas bagagens, e fazê-la passar vazia em alguns trechos do rio. O que exigia grande habilidade dos pilotos e canoeiros, neste caso, indígenas Apiacá:

Enquanto a canoa passa, completamente vazia, e os homens vão dentro d'água puxando-a contra as correntezas mais ou menos violentas, ficando dois a bordo a fim de manobrar a embarcação com varas, os passageiros seguem pela laje, fazendo rodeios para evitar as águas estagnadas e as vivas, paradas ou correndo nos sulcos das grandes lápides de pedra lixadas pelas águas e pelos anos [...] Os bravos canoeiros já avistaram o rochedo onde os "brancos" os aguardam, e geralmente é fazendo retinir o ar com gritos álacres como os dos árabes em cavalgadas, que esses bons companheiros veem procurar seu amigo branco, que durante todo este tempo esperou-os (COUDREAU, 1977, p. 71).

O fragmento do geógrafo francês, expõe, mais uma vez, não apenas a habilidade dos indígenas canoeiros em manobrar a embarcação, mas as relações entre os brancos e os Apiacá. A aparente amizade entre eles é algo atribuído por Coudreau às interações entre os dois grupos, ao longo de todo o relato de viagem. O autor não revela tensões ou outras nuances nas relações entre brancos e indígenas, predomina em sua narrativa um tom paternalista ao descrever a convivência entre patrões (brancos) e trabalhadores indígenas.

De um lado, esse olhar condescendente pode ser explicado pela condição na qual ele se encontrava durante a viagem, dependente do auxílio de terceiros, principalmente proprietários. Portanto, corroborar as hierarquias locais era uma forma de assegurar um bom convívio com as pessoas que lhes garantiam sobrevivência e asilo na região. Por outro lado, Coudreau acreditava que os patrões brancos exerciam certa benevolência ao estabelecer uma rede de trabalhadores indígenas ao seu serviço nas mais diversas atividades, pois compreendia essas ações como uma forma de civilização daquelas populações.

Parto da perspectiva de que essas relações de trabalho eram complexas e cercada por negociações e tensões. Os viajantes dependiam dos auxiliares e colaboradores indígenas que possuíam os conhecimentos sobre o território e tripulavam as embarcações no Tapajós. No entanto, as relações entre os

viajantes e os auxiliares locais ainda precisam ser melhor investigadas, pois, com frequência, esses trabalhadores estavam inseridos em redes de dependência de proprietários locais, nas quais poderiam haver muitos conflitos (SOUSA, 2024, p. 120-121).

Contudo, o controle sobre os indígenas e a dependência não eram de modo algum absoluto, ao contrário, essa rede que misturava relações de poder e atividades produtivas era bastante instável. Ao considerar que uma das principais atividades econômicas em voga nesse período era a extração do látex, é mister reforçar que os indígenas tinham interesses próprios ao se deslocarem para os seringais no verão, como, adquirir mercadorias e estabelecer vínculos com os patrões. Essas práticas eram ressignificadas pelos indígenas de acordo com os seus próprios códigos culturais, que revelavam margens de autonomia desses sujeitos (SOUSA, PEREIRA, 2022; HENRIQUE, MORAIS, 2014).

Havia uma série de estratégias, portanto, que explicam sua adesão à rede de dependência dos patrões. Por essa lógica, é certo que havia também interesses indígenas em sua participação nas viagens científicas no curso do Tapajós, que poderia ser inclusive o reforço de vínculo e de formas de lealdade aos sujeitos para os quais trabalhavam. Com efeito, as noções de trabalho e dependência tinham outros significados para os indígenas, muito embora, a exploração da mão de obra indígena e os conflitos também estivessem bastante presentes nessas relações.

Voltando ao ato de navegar, Emilia Snethlage também ficou impressionada com a habilidade dos indígenas no controle das canoas e embarcações nos rios. No percurso do Xingu, ela evidenciou as técnicas de navegação nas cachoeiras e sua convivência com os nativos, como consta no excerto:

Já mencionei o facto que os Chipayas e Curuahés são reputados no Iriri- Curuá como fabricantes de Ubás e de caxiris (espécie menor de Ubá). Eles também são excelentes barqueiros e pilotos, que sabem dirigir as suas embarcações fracas no meio das cachoeiras mais impetuosas com uma destreza e um sangue frio admiráveis. Antecipadas estas observações gerais sobre os índios de Iriri-Curuá, volto à relação da nossa viagem, na qual, porém estes índios vão sempre ocupar o primeiro lugar, pois foi entre eles que passei as semanas seguintes (SNETHLAGE, 1910, p. 63).

Em sua longa jornada, na qual esteve algumas vezes perdida, a ornitóloga valorizou sua convivência com os indígenas e reconhecia sua expertise sobre a paisagem local. Embora, não deixasse de manifestar estranhamento e uma visão etnocêntrica em relação aos costumes indígenas. Ainda assim, chama a atenção como Snethlage reconhece a importância dos dos Chipayas e Curuahés em sua viagem.

As passagens de Rodrigues, Tocantins, Coudreau e Snethlage sobre o trabalho com as embarcações demonstram o quanto a experiência dos canoeiros, pilotos e tripulantes indígenas era fundamental para o deslocamento e a sobrevivência das populações locais e dos sujeitos de ciência. Bem como, o seu conhecimento sobre o movimento do rio, o uso das zingas (instrumento semelhante a um remo que auxiliava a travessia nos trechos rochosos), a necessidade de esvaziar as embarcações para conduzi-las, eram habilidades que apenas os moradores locais desenvolviam. Significa que a vida era tributária do rio, e os remadores, canoeiros, pilotos, principalmente indígenas, eram os agentes que viabilizavam a circulação nas águas.

A hospedagem era outro aspecto que refletia o apoio dos agentes da região nas viagens, especialmente de proprietários e negociantes locais, que ajudavam a garantir a sobrevivência das comitivas. Como demonstra nesse trecho o relato de Barbosa Rodrigues: “Hospedei-me em casa de um Cuyabano que aí reside, o sr. Silvério de Albuquerque Aguiar, mais conhecido por Leverger, que pelas suas maneiras franca e atenciosas, sabe angariar simpatias” (RODRIGUES, 1875, p. 84). O mesmo Leverger é citado por Tocantins e Miranda no relatório de 1872, como um sujeito que viera de Goiás e comercializava ouro na região (PARÁ, 1872, p. 10).

Além dos indígenas, as narrativas mencionam uma rede de proprietários e comerciantes nativos ou que vieram de outras regiões, estabeleceram-se no vale do Tapajós e se dedicaram à exploração da borracha, do ouro e de outros produtos da floresta. A recorrência de alguns nomes nos relatos de viagem demonstra que esses sujeitos ocupavam posições de destaque na dinâmica política local, como é o caso Raymundo Brasil, sobre o qual falarei mais adiante.

Ainda sobre o cotidiano das viagens, é interessante observar como os

viajantes imersos no vale do Tapajó estavam vulneráveis. Quando estava a caminho da aldeia Nicodemos, Manuel Tocantins e sua comitiva encontraram uma jovem família indígena, próximo ao rio Cadarery, sobre esse contato, comentou:

Cansado e com pressa de chegar ao termo da viagem, nem mesmo me foi possível deter-me alguns minutos para dirigir palavras de simpatia a esses pobres selvagens mesmo porque na ocasião não se achava presente o interprete. Uma toalha ao menos desejava eu oferecer para ampará-los dos raios ardentes do sol aquelas duas crianças, mãe e filho, que tinham que atravessar vastas campinas desabrigadas; mas nossa gente, aliás insubordinada, como são os índios Maués, apenas levava o estrito necessário para nossa subsistência (TOCANTINS, 1977, p. 79).

Ao comentar que não pode ceder uma toalha à família que encontrou no caminho, o engenheiro revela que tinha pouca autonomia durante a viagem. Além disso, não havia comunicação com os indígenas na ausência do intérprete e, diante dos poucos recursos que levavam para a sobrevivência durante semanas, ele estava à mercê do controle dos tripulantes Maué que o acompanhava. Era atribuição da tripulação decidir o que carregar para a sobrevivência no percurso da viagem. Essa dimensão expõe não apenas a dependência dos sujeitos de ciência em relação aos práticos indígenas, mas a responsabilidade desses nativos em assegurar a subsistência de todos que estavam em trânsito.

As citações dos viajantes dialogam com um aspecto bastante presente na história da ciência e na história ambiental, que se refere ao papel dos colaboradores e auxiliares da ciência, dos invisíveis, dos mediadores que tornam possíveis que pesquisas fossem desenvolvidas e conhecimentos fossem produzidos (ANTUNES, 2019). Desde ajudantes, técnicos, pessoas especializadas em determinadas atividades e treinada por cientistas, naturalistas e pesquisadores, até auxiliares, carregadores, guias locais, barqueiros, interpretes têm despertado o interesse dos historiadores em relação à produção científica e as condições materiais e simbólicas de elaboração desses conhecimentos.

De acordo com Anderson Antunes (2019), indígenas, escravizados e outros moradores locais compartilharam conhecimento empírico sobre as

espécies locais e seus usos e ajudaram na coleta e preparo de exemplares da fauna e da flora tropical. Demonstrando sua agência, essas pessoas foram determinantes para a formação das coleções e para as práticas científicas na modernidade. Ainda que fossem apagados dos resultados das pesquisas, sem esse apoio, de acordo com o autor, as coleções dos museus europeus não seriam tão numerosas, “ou careceriam de determinadas espécies que só o conhecimento local permitia encontrar e capturar”. Essas relações e interações ajudam a compreender a forma como o conhecimento era produzido e circulava entre as populações locais e os viajantes, seu caráter coletivo e a sociabilidade inerente ao trabalho de campo (ANTUNES, 2019, p. 16).

Contra o esquecimento dos colaboradores e auxiliares na história da ciência, Ildeu de Castro Moreira (2002) destacou a rede de apoio formada pelas interações com as comunidades visitadas no trabalho de campo dos cientistas, principalmente nos trabalhos de Henry Walter Bates, Alfred Wallace e Louis Agassiz. Ao se debruçar sobre os registros e as imagens de Jean Baptiste Debret, Moreira observou como não passou despercebida a figura dos “negros naturalistas” para o pintor francês, e sua contribuição para a história natural, por meio de caçadas, coleta de espécimes e diversas atividades científicas de campo (MOREIRA, 2002, p. 47).

Patrícia Alves-Melo chama a atenção para a importância de pensar em como o naturalista-viajante decodifica e se apropria do “saber nativo”, convertendo-o em conhecimento científico (ALVES-MELO, 2021, p. 149). O que demonstra que a coleta de informação e aquilo que posteriormente seria transformado em saber científico, era atravessada por epistemologias nativas, informações e experiências, conhecimentos empíricos que eram compartilhados com os sujeitos de ciência na dinâmica da viagem.

Nos relatos de viagem de Barbosa Rodrigues, Manuel Tocantins, Henri Coudreau e Emilia Snethlage, ficou demonstrado que percorrer os caminhos fluviais, realizar o levantamento de informações e se apropriar do território só foi possível devido às colaborações e às trocas entre indígenas, principalmente, Munduruku, Apiaká, Maués, Chipayas, Curuahés e os viajantes. Nesse sentido, mais do que auxiliares e colaboradores, em muitos casos os indígenas podem

ser entendidos como parceiros da pesquisa ou mesmo coautores. Embora os relatos os coloquem como coadjuvantes, os indígenas foram, na prática, os protagonistas logísticos e epistêmicos das viagens.

5. IMPRESSÕES SOBRE A EXTRAÇÃO DO LÁTEX

De acordo com os engenheiros Manuel Tocantins e Honorato Miranda, a população no entorno do Alto Tapajós vivia da extração da borracha e da fabricação do guaraná, mas também se dedicavam com menor intensidade a coleta da castanha, salsa e óleo de copaíba. Apesar do domínio da borracha, havia em menor escala lavouras de café, engenhos de cana, pequenas fazendas de gado e outras plantações. Os Cuiabanos frequentemente vinham a Itaituba para comercializar guaraná com os Maué (PARÁ, 1872, p. 7-8).

No mesmo sentido, nas pequenas povoações entre Santarém e Itaituba, o botânico João B. Rodrigues comentou sobre a presença de indígenas e “tapuios” em malocas que se deslocam no tempo da cheia dos rios para os seringais (RODRIGUES, 1875, p. 54-57). Informações que demonstram a dinâmica comercial e a circulação de pessoas e de produtos entre o Alto Tapajós e o Mato Grosso.

No relatório enviado à presidência da província como resultado da primeira viagem ao Alto Tapajós, em 1871, Tocantins e Julião Honorato de Miranda ressaltaram a dependência dos índios do Tapajós dos patrões, que controlavam o comércio da borracha na região. Segundo os engenheiros:

Geralmente, cada índio do Tapajós não pode viver senão debaixo da tutela de um patrão, a quem confia toda a sua existência; assim como o obedece cegamente, assim também só dele espera a alimentação e a vestimenta, etc., e daí provém a ociosidade, os mais costumes e a completa indiferença para consigo mesmo, desta forma o trabalho desses homens consiste apenas no emprego da forma bruta. São verdadeiros autômatos, que só fazem o que se lhes manda e ordena (PARÁ, 1872, p. 9).

Ao referir-se sobre a tutela exercida sobre os seringueiros indígenas pelos patrões, Miranda e Tocantins corroboram a perspectiva das autoridades da província que entendia que os coletores de borracha eram explorados e dependentes dos patrões. Sem negar que havia exploração do trabalho, no

entanto, como dito anteriormente, essas relações eram bem mais complexas e cercadas por tensões, bem como, de significados distintos atribuídos por cada agente envolvido na coleta da seringa. Os engenheiros revelavam também certo desprezo pela atividade extrativista, vista como um desestímulo à agricultura entre a população amazônica, esta sim, promotora da civilização.

A presença maior de comerciantes e patrões no percurso de Henri Coudreau, boa parte deles ligados a extração da goma elástica, reforça que o Vale do Tapajós nos anos finais do século XIX, havia atraído muitos negociantes e trabalhadores interessados no comércio da borracha e sua cadeia produtiva, o que vai ao encontro do que a historiografia tem apontado sobre a importância que a região adquiriu nesse período devido a economia da borracha (FRANCIANE; VIEIRA, 2015; SARGES, 2000; NUNES, 2023; WEINSTEIN, 1993).

Emília Snethlage ressaltou em sua narrativa diversos encontros com os indígenas extratores de borracha e seus patrões. Em sua primeira tentativa de atravessar o rio Tapajós, ainda em 1908, a ornitóloga relatou que ao chegar ao pé da primeira cachoeira do Alto Tapajós foi recebida por Raimundo Brasil:

Aqui tive a ventura de encontrar o Sr. Coronel Raymundo Brazil, prefeito do Alto Tapajoz e proprietário não só da maior parte dos seringais do médio Tapajoz como também do baixo Jamauchim. Não posso deixar de agradecer nestas linhas a este senhor os serviços inestimáveis que ele me prestou (SNETHLAGE, 1910, p. 50)

A gratidão expressa pela pesquisadora indica o quanto essa rede de colaboradores fora imprescindível para o termo da viagem. Raimundo Brasil recomendou Emília aos seus empregados e colocou à sua disposição uma *igarité* (tipo de embarcação) que partiu sob o comando do sr. Bentes Paratininga (SNETHLAGE, 1910, p. 50). Outro aspecto que precisa ser colocado em relevo, é a posição de comando desses sujeitos na dinâmica de poder local, que acumulavam funções de comerciante, autoridade política e patrão da borracha.

Nesse sentido, vale destacar a figura de Raimundo Pereira Brasil, que havia enriquecido com o controle de diversos seringais no médio e Alto Tapajós, abriu firmas aviadoras em Belém e alcançou o cargo de intendente municipal em Itaituba (BORGES *Apud* ARNAUD, 1974, p. 8). Ele acumulava o posto de

homem de negócios, autoridade política e patrão da borracha no vale do Tapajós. Brasil concedeu todo o auxílio material e logístico não apenas a Emilia Snethlage como também a Henri Coudreau, quatorze anos antes, em 1895. O que revela sua permanência na condição de proprietário e autoridade na região. Outrossim, a recorrência de alguns nomes nos relatos, demonstram como os viajantes e as viagens eram, em certa medida, absorvidos pelas redes locais de poder.

Entre os rios Iriri e a boca do rio Curuá (Ver figura 2), Emilia Snethlage encontrou os primeiros indígenas Chipayas e Curuahés, que haviam descido o Curuá para ir ao encontro de Ernesto de Accioly,

que costuma visitar anualmente a primeira maloca do Curuá, a do Chipaya Manoelsinho, para trocar perolas (missangas), facas, etc. contra as ubás que estes índios sabem fazer a perfeição e que servem como meio de comunicação em todo o Iriri e Curuá (SNETHLAGE, 1910, p. 58).

Mais uma vez o fragmento da zoóloga alemã sinaliza elementos das relações entre indígenas e negociantes. Manoelsinho era um dos chefes Chipayas, enquanto Ernesto de Accioly era comerciante em busca das Ubás (tipo de canoa feita de um único tronco de árvore) produzidas pelos Chipayas que, em troca, cedia-lhes objetos valorizados por esses indígenas. Esse comércio além de parecer longo, era mediado por uma aparente relação de confiança, o que sugere que além da dinâmica do trabalho, havia certa diplomacia entre os negociantes e os indígenas no interflúvio Tapajós-Xingu.

Dos relatos emerge a agência indígena em meio a um cotidiano em transformação, e como essa participação foi fundamental para viabilizar o acesso ao território e a sobrevivência das comitivas. A ciência como um processo e uma prática coletiva é parte da dimensão do vivido, no qual todos os agentes, principalmente agentes locais, intermediavam a aprendizagem e a circulação no território.

Mais que isso, é possível considerar que indígenas, ribeirinhos e proprietários locais atravessaram os relatos de viagem como responsáveis logísticos e epistêmicos da produção de conhecimento. Do mesmo modo, os sujeitos de ciência em trânsito, no trabalho de campo, foram atravessados pelas relações locais de poder e pelas paisagens do rio Tapajós, com sua sua lógica

interna de funcionamento.

É mister, portanto, recuperar o cotidiano da pesquisa científica. Entendê-lo como um processo cercado por negociações, revezes, instrumentos, elementos não humanos, colaboradores e, sobretudo, coautores. Na dinâmica do rio Tapajós as relações entre sociedade e natureza não estavam apenas imbricadas, mas viviam em confluência, impunham rearranjos às viagens, aos deslocamentos, às atividades, assim como eram promotoras das atividades econômicas e laborais das populações locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rio Tapajós ocupou o imaginário territorial de agentes administrativos do Império, da província e das autoridades republicanas. Os interesses em suas potencialidades econômicas, promover o seu povoamento, a sua lavoura e torná-lo uma via de comunicação, delineou a forma como o Estado Brasileiro se apropriou do rio. Por outro lado, a experiência empírica, o cotidiano das travessias e deslocamentos, a dimensão do vivido revelaram outras formas de apropriação e interação com o Tapajós.

Os homens e a mulher de ciência aqui apresentados trouxeram fragmentos das relações sociais e políticas do Tapajós, observadas pelo prisma de suas tradições científicas, dos seus objetivos e do repertório sociocultural que cada um carregava. Ao percorrer o rio, em 1872, João Barbosa Rodrigues demonstrou um olhar mais científico em relação à região, sua descrição é técnica, de todos é o que menos registra a presença dos indígenas como parceiros de viagem, sua preocupação maior é se apropriar da paisagem e dos espécimes vegetais, ainda que demonstre admiração pelas habilidades dos indígenas canoeiros.

Nesse aspecto, ele se difere de Manuel Tocantins, que descreve mais minuciosamente seus tripulantes indígenas, o que se justifica também pela natureza de sua viagem. Ao contrário de Rodrigues, Tocantins segue para o Alto Tapajós, em 1875, para encontrar os Munduruku, portanto, ele estava atento aos indígenas desde o início de sua itinerário. Seu olhar é o mais etnográfico se

comparado aos demais viajantes analisados.

Henri Coudreau empreendeu a viagem com maior riqueza de detalhes geográficos ao vale do Tapajós, em 1895, informações sobre clima, topografia e localização, buscaram ser precisas no relato. Ao mesmo tempo, Coudreau não se furtou de registrar cenas da vida no entorno do rio, seu relato é o que mais identifica os moradores, não apenas pelos nomes, mas também pelas imagens presentes na obra. Ela adquire um caráter de crônica do cotidiano, conciliando aspectos geográficos e informações sociais.

Por sua vez, Emilia Snethlage seguiu inicialmente as indicações de Coudreau, depois construiu seu próprio caminho, em 1909. Ela imprimiu um tom mais atencioso em relação aos indígenas que a acompanham, mais que a descrição dos costumes e das habilidades, a ornitóloga reconhece a indispensável presença dos indígenas e de seus saberes para o sucesso de sua viagem. Para comprovar que não havia passagem fluvial entre o Xingu e o Tapajós, Emilia contou com a episteme indígena sobre aquele território. Nesse sentido, a autoria sobre os conhecimentos empíricos produzidos a partir de viagens e pesquisa de campo, precisa refletir os coautores nativos.

Como alertei nas primeiras páginas deste artigo, qualquer tentativa de comparação entre os viajantes é arriscada, afinal cada viagem teve objetivos, metodologias e contextos muito específicos. Ainda assim, é possível notar uma aproximação maior entre Barbosa e Tocantins, devido à quadra temporal das duas experiências e ao Estado Imperial vigente. Bem como, Coudreau e Snethlage estão mais alinhados não apenas pelo contexto republicano, mas também pelo tipo de narrativa que ambos produziram, mesclando elementos geográficos e etnográficos sob o olhar estrangeiro.

Apesar da presença e do trabalho dos indígenas nas expedições científicas, um aspecto que comunga os quatro viajantes cientistas é a perspectiva etnocêntrica e racista que pautava as percepções sobre esses grupos. O olhar nacional e europeu se deslocava da ideia de “ingênuos” para a categoria de “selvagens”, considerados mais ou menos “civilizados”, mas sempre em uma escala moral inferior às pessoas não indígenas.

Outrossim, cabe ressaltar o caráter cumulativo dos conhecimentos

científicos e das formas de apropriação do território. Tocantins leu e dialogou com Barbosa Rodrigues ao percorrer o Tapajós, Coudreau fez menção a ambos os autores que o antecederam em sua viagem, e Snethlage buscou as informações do geógrafo francês para descobrir o interflúvio Xingu-Tapajós. O que demonstra que a rede de conhecimentos mobilizados começa antes mesmo da viagem, como chama a atenção a dimensão ator-rede de Bruno Latour (LATOUR, 2012).

Quanto ao suporte no rio Tapajós, as relações entre os viajantes e os moradores descortinam adaptações à paisagem e um processo de aprendizagem do território, intermediado por sujeitos locais, principalmente indígenas, ribeirinhos, canoeiros, guias e intérpretes que atuaram nas viagens. Cujas destreza e o conhecimento possibilitavam os deslocamentos naquela região, entre Santarém e o Salto Augusto nos limites com o Mato Grosso, entre o Xingu e o Tapajós.

As águas do Tapajós impunham desafios e limites aos interesses do Estado, ao cronograma dos viajantes, mas, imprimiam seu ritmo próprio aos indígenas, ribeirinhos e negociantes que sabiam interpretar seus movimentos e utilizá-lo como principal caminho de circulação de mercadorias e de pessoas. O tempo do rio demonstrava que as interações entre sociedade e natureza eram múltiplas e fluidas.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Diana; SANJAD, Nelson. Emília Snethlage (1868-1929) e as razões para comemorar seus 150 anos de nascimento. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 3, p. 1047-1070, set.-dez. 2019

ALVES-MELO, Patrícia. Luís, Alexandrina e Trajano: os ajudantes esquecidos dos naturalistas na Amazônia, século XIX. In: **Águas Negras**: estudos afro-luso-amazônicos no oitocentos. Editado por Figueiredo, Aldrin Moura; Sarges, Maria de Nazaré; Barroso, Daniel Souza, pp. 129-150. Belém: UFPA, 2021

ANTUNES, Anderson Pereira. 2019. **Um naturalista e seus colaboradores na Amazônia**: A expedição de Henry Walter Bates ao Brasil (1848-1859). Tese de doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019

ARNAUD, Expedito. Os índios Munduruku e o serviço de proteção aos Índios. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Nº 54, Belém, 1974

BOLETIM do Museu Goeldi. Relatório de 1909, apresentado pelo diretor. **Boletim do Museu Goeldi**. Pará: Typographia Ernesto Lhose e Cia, 1910

COUDREAU, Henri Anatole; Ferri, Mário Guimarães. **Viagem ao Tapajós**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977

HENRIQUE, Márcio Couto; MORAIS, Laura Trindade. Estradas líquidas, comércio sólido: índios e regatões na Amazônia (século XIX). **Rev. Hist. (São Paulo)**, (171), 2014

HENRIQUE, Márcio Couto. **O general e os tapuios**: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876). Dissertação de mestrado. Belém, 2003

LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. “O celeiro da Amazônia”: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. **Topoi** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 157-181, jan./jun. 2015

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: Uma introdução à teoria do Ator-Rede. Trad. Sousa, Gilson César Cardoso. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LIMA, Manuel Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. 1808-1821. Segundo Volume. Typ. do Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1908.

LIMA, Roberto. Um rio são muitos - de aventura e antropologia no rio São Francisco. *Tempo Social*; **Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 12(2): 147-170, novembro de 2000

MOREIRA, Ildeu de Castro. O escravo do Naturalista: O papel do conhecimento Nativo nas viagens científicas do século 19. **Revista Ciência Hoje**, vol. 31, nº 184, Julho de 2002

NUNES, Francivaldo Alves. “Por terra ou por água”: os rios Tapajós e Xingu entre os planos de transporte na Amazônia do século XIX. **Topoi**. 53 (24): 445-464, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/>. Acesso em 03 jan. 2026

PÁDUA, José Augusto; CHAMBOULEYRON, Rafael. Apresentação. **Revista Brasileira de História**, vol. 39, n.81, pp. 15-24, 2019

PARÁ. Secretaria da Presidência da província. **Relatório do presidente Abel Graça**, com o relatório dos engenheiros Julião Honorato Corrêa de Miranda e Antonio Manuel Gonçalves Tocantins, sobre a exploração do Rio Tapajoz. Belém: Typ. Diário do Gram- Pará, 1872

REBOUÇAS, André. **Garantia de juro**s: estudos para sua aplicação às

empresas de utilidade pública no Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874]

RODRIGUES, João Barbosa. **Rio Tapajós**. Rio de Janeiro: typographia Nacional, 1875.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912). Belém: Paka-tatu, 2000

SNETHLAGE, Emilia. travessia entre o Xingu. **Boletim do Museu Goeldi**. Pará: Typographia Ernesto Lhose e Cia, 1910

SOUSA, Eveline Almeida. Indígenas e sujeitos de ciência: O cotidiano das viagens no Alto Tapajós (1875-1895). In.: Márcio Couto Henrique, Karl Heinz Arenz (Org.). **História indígena e do indigenismo na Amazônia**. Ananindeua-PA: Cabana, 2024.

SOUSA, Eveline Almeida. PEREIRA, Diego C. Os Mundurucu do Alto Tapajós e o comércio da borracha nos anos 1940. **Baixo Amazonas**: histórias entre rios, várzeas e terras firmas. Arenz, Karl Heinz; Laurindo Junior, Luiz Carlos e Gois, Diego Marinho de. (Org.). São Paulo: Intermeios, 2022

SOUSA, Eveline Almeida. **Território nacional em movimento**: A trajetória de Henrique Beaurepaire Rohan (1844-1884). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2022

TOCANTINS, Antonio Manuel Gonçalves. Estudos sobre a tribo Mundurucu. Rio de Janeiro: **Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico do Brasil**, 1877

VITAL, André Vasques. O poder contingente do rio Iaco no Território Federal do Acre (1904-1920). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 39, nº 81, 2019

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993

XIMENES, Cláudio L. M.; COELHO, Alan Watrin. O botânico João Barbosa Rodrigues no vale do Amazonas: explorando o rio Capim (1874-1875). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 13, n. 3, p. 663-680, set.-dez. 2018.

Recebido em: 13/07/2025.

Aprovado para publicação em 13/11/2025.